

Educação com amor no corpo

De Carolina Catini e Gustavo Mello especial para o UàE*

Em 1981, Roberto Schwarz fez o prefácio da primeira edição da revista do Cebrab. Contrariando a ideia de que havia bons ventos para a produção de conhecimento embalada pela brisa democrática que crescia, dizia ele que a situação era péssima, “excelente para fazer uma revista”. Naquele momento, o crítico observava que o sucesso de encontros acadêmicos, como os da SBPC, era prova de uma ausência: embora nunca tivesse havido tanto estudo e produção sobre o Brasil, não havia transfusão crítica, possibilidades de ultrapassar barreiras de classe, influir em processos de organização e lutas populares, essas coisas “que injetam energia social no estudo e o transformam em algo mais que ganha-pão”. Isso porque a ditadura havia desfeito os elos que havia entre as lutas e a produção intelectual, deixando essa última circunscrita à academia. De um lado, afetava o alcance da universidade, de outro, esclerosava sua prosa, cindida dos conflitos sociais. A isso somava-se um ataque mais insidioso, pois “onde a ditadura ‘apenas’ cortava e interrompia, a expansão capitalista alterava as perspectivas”, de modo que parte dos intelectuais “muitas vezes sem trocar de convicção, e sequer de assunto, viu seus conhecimentos e habilidades reduzirem-se a trunfos de carreira profissional, sem mais”.

Embora não faltassem razões para lutar, e mesmo a “baixeza” e “degradação” da profissão docente universitária e dos outros níveis de educação devessem, por elas mesmas, “chamar à revolta”, já faltavam na universidade as “ocasiões e, sobretudo, os hábitos de confronto”. Havia amor pelas lutas sociais, mas não havia mais experiência de combate coletivo, por isso “Amor sem uso” era a provocadora expressão que dava título ao pequeno texto de Schwarz.

Passados 40 anos, não existem mais intelectuais como Roberto Schwarz na universidade. Há dúvida até mesmo se existem ainda intelectuais na universidade, depois da devastação mercantil operada pela submissão aos critérios de avaliação da Capes, que reduziu cada ação a um índice, cada trabalho a um número. A desimportância qualitativa de cada atividade é inversamente proporcional à relevância da quantidade de produtos e serviços prestados, que passam a ser a medida de todo “valor” universitário: número de artigos, volume de aulas, alunos,

projetos, orientações etc. E como o reconhecimento passa a ser medido pelo “fator de impacto”, as citações, referências e publicações se comercializam como títulos na bolsa de valores universitária. As cotações são travestidas de meritocracia, mas não escondem o fato de que os trunfos de carreira equivalem à capacidade de captação de recursos – privados, de preferência – e de colocar novos produtos consumíveis em circulação.

De empresarial por simulação, hoje a universidade dá os passos necessários para tornar-se empresarial por subsunção, e o desuso do pensamento crítico é só uma das consequências. Para não deixar o sistema parar, se alteram as engrenagens, operando o deslocamento do compromisso com o objeto de estudo para a dedicação total à performance empreendedora.

Senão vejamos. Em julho de 2021, para celebrar o dia da ciência, dando corpo ao seu espírito redentor em tempos de negacionismo, foi criada uma autoproclamada “think tank” universitária, chamada Sou_Ciência, da Unifesp. De dentro da universidade pública nasce enfim uma organização social privada que, como tal, tem “missão”: visa “fortalecer”, “conectar”, “desenvolver”, “democratizar”, enfim, “agir em favor da sustentabilidade”, que nessa novilíngua quer dizer o mesmo que reduzir custos de produção e entrar nas rodas da rentabilidade. Para quem achava que think tank era coisa exclusiva da direita ultraliberal ou neofascista, e que iniciativas críticas não fazem uso de “underline” no título, a universidade pública deu mostras de uma capacidade de modernização – que vista de longe, até pode parecer que a força da ação venha de suas próprias mãos.

Ao partir do alerta em seu “Manifesto” (!) de criação para a situação social calamitosa no país, e afirmando o compromisso da Universidade com a Vida, a Sociedade, o “desenvolvimento”, a “inclusão”, e etc., a think tank elege como seu objeto fundamental de investigação e intervenção... a própria Universidade. E para tanto conta com o apoio da Fundação Tide Setúbal, um dos braços sociais do banco Itaú. Trocando em miúdos, uma fundação privada vai financiar a pesquisa de membros da universidade pública sobre a universidade pública. Esse ensimesmamento talvez não seja um sintoma narcísico, e sim um possível efeito de uma espécie de “negacionismo objetivo”[1], fruto da referida clivagem entre as lutas sociais e a crítica acadêmica, tornada mais e mais redundante, inócuia e, veremos, cínica.

Em todo caso, sim, trata-se justamente de associar-se aos “patrocinadores da devastação econômica em andamento” (Arantes, 2004, p.169), que há tempos, acometidos “por uma espécie de esquizofrenia programada, principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não-lucrativas”,

“verdadeiras centrais de recursos à disposição da sociedade” (ARANTES, 2004, p.167).

Chafurdando na delinquência acadêmica, denunciada por Maurício Tragtenberg (2002), é “em nome do ‘atendimento à comunidade’ e em nome do ‘serviço público”, que a “intelectualidade universitária” sucumbe à “adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos” (p. 179). Aqui como lá “o capitalismo mostrou-se capaz de inserir essa capacidade de gestão nos mecanismos de exploração” (Bernardo, 2009, p. 249). A diferença é que lá, era o rescaldo das lutas sociais que incluiu a universidade no movimento de domesticação da contrarrevolução. Foi no revés das contestações radicais que grassaram o planeta nas décadas de 1960 e 1970 e foram barbaramente massacradas do lado de cá e do lado de lá da “cortina de ferro”, que houve um movimento de falsificação e de assimilação de conhecimentos, práticas e bandeiras revolucionárias como forma de renovar e dinamizar o processo de acumulação de capital e os mecanismos de dominação e de gestão social. Assim, “engenheiros e administradores de esquerda” outrora envolvidos no “movimento estudantil radical” foram decisivos para “planificar a reorganização toyotista”, dando novo fôlego à reprodução do capital, e “os professores de esquerda, em cuja cabeça ecoavam os temas da contestação estudantil, auxiliaram a reforma capitalista da universidade, quando não a superintenderam” (BERNARDO, 2009, p.249).

A dissolução dos antagonismos que a modernização capitalista da educação estatal operou por meio da naturalização das relações empresariais, o processo de “democratização” da universidade selou com a estampa da conciliação. Não pela massificação das vagas, evidentemente. Mas porque se o acesso à universidade é menos elitista, sua função não deixa de se submeter cada vez mais aos interesses das elites. A expansão da universidade se deu em conjunto com a produção de uma situação crítica de subfinanciamento estatal, reduzindo as lutas universitárias à reivindicação por sua própria existência, separando-a ainda mais das lutas populares e dos locais de confronto, ainda que estas continuem sendo objetos de estudos acadêmicos. O preconceito segundo o qual a educação é transformadora pelo mero acesso e produção de conteúdos ditos científicos, cindida da crítica de sua forma social, só revela o quanto estamos distraídos pelos discursos.

A crítica do jargão da “responsabilidade social” empresarial nada tem de original[2]. Há anos esse fenômeno foi analisado por Paulo Arantes, que chamava atenção para alguns efeitos desorientadores para a esquerda da deturpação cínica e manipuladora dos significados das palavras (e grafá-las em letra maiúscula não é antídoto, é antes mero sintoma). Lembrando a máxima de Luis Fernando Verissimo

– “‘significado’ perdeu o significado” –, Arantes constatava há quase uma década, que as palavras foram esmagadas pela máquina capitalista de produção de insignificância, e que “sem a bússola das palavras ‘significativas’ que lhe permitam balizar o caminho da emancipação”, a esquerda se vê tragada “pelo redemoinho dos simulacros oficiais” (ARANTES, 2004, p. 179), num troca-troca de papéis com a direita[3]. Mas se outrora as corporações tiveram de se mobilizar para assimilar, aviltar e esvaziar termos que então eram caros à esquerda, agora é esta que se apressa em mimetizar o afetado discurso empresarial, de modo a vender – mais ou menos barato – o seu peixe.

Mais recentemente a responsabilidade social empresarial evoluiu para a fórmula “investimento social privado” ou “negócios de impacto social”, escamoteando a longa história da captura dos recursos públicos pelas organizações privadas na terceirização dos serviços estatais. No caso do Sou_Ciência o investimento da Fundação Tide Setúbal impressiona pela avareza: a moeda de troca para deixar a fundação adentrar nas estruturas universitárias, por hora, são 6 bolsas de iniciação científica, no valor de R\$ 400,00, e 4 bolsas de pós-doutorado, no valor de R\$ 4.100,00. Não é por acaso que um dos três eixos de investigação da Sou_Ciência seja justamente o financiamento da Universidade Pública. Afinal, não é possível poupar esforços quando está em jogo a “transformação democrática, inclusiva, solidária e sustentável do Brasil”, como diz o referido “Manifesto”.

No discurso de uma Fundação como a Tide Setúbal, o “apoio” à pesquisa acadêmica é área de “fomento de agentes e de causas”[4], e segue ao lado dos “programas de influência”, das “práticas de desenvolvimento local” nos territórios periféricos, do “desenvolvimento organizacional” como aliado para a promoção da igualdade e da “comunicação estratégica”, que não por acaso tem como foco a “construção de pontes e na despolarização política entre grupos e pessoas com visões díspares entre si”. São dezenas de programas e projetos que funcionam como “tecnologias sociais”, alterando modos de funcionamento e organização social, denominadas por Necá Setúbal, presidente do Conselho da Fundação Tide Setúbal e herdeira do banco Itaú, como ações de Benfeitorias, sempre com letra maiúscula[5].

Poder-se-ia acreditar que se trata de ação benevolente o financiamento de ação de lideranças comunitárias, de mulheres negras e da comunidade LGBTQIA+ nos bairros periféricos. Ocorre que também já faz tempo que se analisou a “conversão filantrópica mercantil” do ativismo conectado com as insatisfações populares, para ficarmos aqui com Virgínia Fontes, e que acabou servindo de camisa de forças para – ou contra – as lutas. E a consequência de se transformar a ação de mudança social em empreendedorismo, isto é, em trabalho precário agenciado por

instituições sociais empresariais se dá, no mínimo, pelo contínuo deslocamento da crítica para o nível dos discursos e da gestão, quando o que realmente está em jogo são as mudanças em curso nos processos de gestão, dominação e exploração do trabalho.

E assim como não é possível pensar que a ação da Fundação Tide Setúbal é isolada de seus outros negócios de impacto social – sem nem colocar a questão da relação com a totalidade, completamente demodê em tempos de fragmentação e valorização de cada parte separada do todo – também não é possível enxergar separadamente cada uma das ações das fundações e institutos sociais da Holding Itáu-Unibanco na educação. Assim, por exemplo, além do Sou_Ciência da Unifesp, a Fundação Tide Setúbal arrola entre seus novos “parceiros estratégicos” o núcleo de estudos de raça, gênero e justiça do Ceprap, projetos da UFABC, e o Grupo de Pesquisa NPeriferias da Cátedra Olávo Setúbal do Instituto de Estudos Avançados da USP. Em sentido similar, viu-se a criação da Cátedra de Educação Básica do Itaú Social na USP, e o ingresso de representantes do Instituto Unibanco e de outros membros do Todos Pela Educação no Instituto de Estudos Avançados da Unicamp. Fica evidente aqui um padrão, e também o caráter estratégico dessas iniciativas.

Como que por um passe de mágica, e à custa de migalhas, essas corporações privadas convertem o trabalho acadêmico, improdutivo, em um trabalho votado à valorização do valor, apesar de todo esforço ilusionista pautado no discurso de que não se trata de contrato de trabalho, mas apenas de ação benevolente voltada à produção de ciência. Não se difere muito das empresas por aplicativos que usam o discurso de que não contratam serviços de entregadores e entregadoras, mas apenas disponibilizam uma plataforma para prestadores de serviços de entrega. No caso, lê-se os dizeres grafados nos editais de aberturas de chamada de pesquisadores e pesquisadoras de que “as bolsas não implicam em qualquer vínculo trabalhista com a referida Fundação ou com a Unifesp”. O efeito imediato é acabar com a autonomia da pesquisa que analisa essa transformação da educação pela passagem do controle dos meios de trabalho para as mãos das mesmas organizações que controlam a mudança em todos os níveis da educação.

Agenciar o trabalho de pesquisa é o que falta para fechar o ciclo de um processo complexo de dominação, no qual as organizações sociais privadas ligadas ao banco mais lucrativo do país já presidem a produção das políticas e as alterações práticas de educação. Organizadas em outras think tanks com diversas outras Fundações e institutos sociais empresariais, como o Todos Pela Educação, estão conduzindo uma mudança drástica na educação formal e não formal no país em todos os níveis. Tendo começado por dominar a educação básica e agora

adentrado o ensino superior, já assumiram o leme da “reforma” do ensino médio, controlaram os currículos, instauraram o “empreendedorismo” e a devoção ao capital como conteúdo da educação de trabalhadores e trabalhadoras desde a infância. Por meio de seus milhares de editais para o mercado informal de trabalho educativo, comandam os trabalhos precários não só de quem trabalha na educação, mas também de quem está sendo educado por meio de práticas “empreendedoras”, organizando “trabalhos sociais”.

Enfim, 40 anos depois o amor mudou de lado. Já não se ama tanto as lutas, como se ama o ganha-pão. Ou melhor, as lutas e o ganha-pão se fundiram num mesmo bolo e essa tática tem sido promissora para a estratégia de interdição de qualquer confronto. Ora, nada contra o ganha-pão. Sob pena de morte, até segunda ordem a geração de empregos, ainda que precários e temporários, é tão rara quanto necessária. E por isso a tática é tão eficaz. Mas o fato de a sobrevivência, nesse contexto avassalador, se assemelhar a um campo de batalha, não nos permite confundir o trabalho com a luta ou com a crítica. E isso sob pena de fazer com que os “parceiros”, “investidores”, “apoiadores” não apareçam imediatamente como o que realmente são: os novos patrões da educação.

Quebrar a resistência da universidade pública ao financiamento privado é a volta do parafuso que falta para a privatização completa da educação. Logo no início de *O Capital*, Marx já lembrava, remetendo a Shakespeare, que “a mercadoria ama o dinheiro, mas o curso do amor verdadeiro nunca decorre suavemente” (MARX, 2013, p.245). A paixão antiga e conflituosa entre o público e o privado, entre a universidade e o capital, vai se resolvendo agora por força de uma suposta “inovação” da universidade, mas cujos atos são dirigidos pela busca da empresa totalitária, num processo que deve ser lido como subordinação corporativa da educação ao capital.

E não há razão aqui para o espanto com o fato de que o amor tenha mudado de lado. Diante das circunstâncias, se justifica que a educação também atue como o capital e trabalhe “como se tivesse amor no corpo” (GOETHE apud MARX, 2013, p.271). Pois é somente ao incorporar força viva de trabalho à objetividade morta do capital, que “o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza”. A atual apropriação privada da educação, enredada nas formas fictícias de valorização do capital, decerto que não é conduzida pelos patrões convencionais, mas em grande medida por gestores de grandes fundos de investimento e outras instituições financeiras. Mas para consagrar seu domínio sobre o ensino superior estatal é preciso alterar a divisão do trabalho educativo, reduzir seus custos, privatizar os resultados das pesquisas, produzir um mercado cativo da força de trabalho dos docentes, discentes e

egressos, gerir privadamente as infraestruturas e os orçamentos, engendar novas hierarquias por meio da precarização do trabalho acadêmico, há muito proletarizado, e assim por diante. Só assim o processo de produção se torna efetivamente independe de quem produz e se “se consuma num sistema de dependência material universal” (idem, p.246)[6].

Sendo o capital esse vampiro – trabalho morto, que se vivifica sugando o sangue dos vivos, explorando seu trabalho vivo –, essa besta parasitária que existe ao mortificar todo o existente, não surpreende que tenda a parasitar o espaço universitário, de modo a abrir novos campos de atuação. Eis então que o Itaú e companhia ilimitada estão apenas agindo conforme sua natureza, embora seu novo padrão de comportamento filantrópico faça com que, de fato, nem pareça um banco. Com a conquista do lugar de “parceiro” da sociedade, os braços sociais empresariais fomentam a educação transformando todos e todas em prestadores de serviços de seus institutos sociais. Com tudo isso, somos todos instados a nos enredar e a nos entregar de corpo e alma a essa perversa teia amorosa.

O que talvez surpreenda os incautos é justamente a facilidade com que isso têm ocorrido, o que pressupõe a cumplicidade cínica por parte daqueles que se arvoram guardiões da crítica. Afinal, hoje, como ontem, “a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas pelos servos que ela forma” (TRAGTENBERG, p.178).

*Carolina Catini é professora da Faculdade de Educação da Unicamp; Gustavo Mello professor do Departamento de Economia e da Pós-Graduação em Política Social, ambos da UFES.

Referências bibliográficas

Arantes, Paulo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: Arantes, P. Zero à Esquerda. São Paulo: Conrad, 2004.

Bernardo, João. Epílogo e prefácio. História Social, n.17, 2009.

Fontes, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, 2008.

Marx, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [Recurso Eletrônico].

Tragtenberg, Maurício. A Delinquência Acadêmica. Verve, n.2, 2002, pp. 175-184.

Schwarz, Roberto. Amor sem uso. Revista Novos Estudos do CEBRAP, volume 1, dezembro de 1981.

[1] Termo mobilizado por Pedro Rocha de Oliveira, em live do Centro Acadêmico de Filosofia da FFLCH da USP. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=ESnGMmfNInc&t=3s&ab_channel=CafUsp.

[2] A mudança de sentido do termo “responsabilidade social” depois de sua captura empresarial, por exemplo, salta à vista a partir da releitura do já citado texto de Maurício Tragtenberg (2002): “Estritamente, o mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é escamoteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia: faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder” (p.181).

[3] Não surpreende encontrarmos o mesmo discurso numa peça publicitária da Samarco lançada no final de julho de 2021. Defendendo o mote de que “a sustentabilidade é o que nos trouxe até aqui”, afirma-se o compromisso com a Vida, a Responsabilidade Social, a Diversidade, sempre surfando na onda da “sinergia” e de uma cultura de Inovação, guiada pelo Desenvolvimento Sustentável. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=6uW8CVUGM_w. E assim, diante do acinte, as palavras acabam por revelar seus sentidos, ou sua cumplicidade.

[4] Cf. <https://relatorio2020.fundacaotidesetubal.org.br/fomento-apoio>.

[5] Cf. <https://relatorio2020.fundacaotidesetubal.org.br/cartas-de-abertura>.

[6] “Ao mesmo tempo, os preços, os olhos amorosos com que as mercadorias lhe lançam uma piscadela, revelam o limite de sua capacidade de transformação, a saber, sua própria quantidade” (idem, p.249).

Os textos de opinião são de responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, as posições do Jornal.

<https://universidadeaesquerda.com.br/educacao-com-amor-no-corpo/>

Veículo: Online -> Site -> Site Universidade à Esquerda